

ANC

A geometria do Poder

- 2 FEV 1987

A instalação da Assembleia Nacional Constituinte se realiza, em paralelo, com um dos mais graves períodos da Nova República, vivendo às vésperas de incertezas sobre as alternativas de escalada da inflação. Um surto exponencial que poderá ganhar alturas imprevisíveis vai corresponder a um enfraquecimento do Poder Executivo, que será tão expressivo quanto maior for o seu tempo de duração. E como dificilmente o quadro de alta não se inverterá a curto e médio prazos, abre-se a expectativa para hipertrofiar-se o Poder Legislativo.

O Brasil é um país de modismos. A par da seriedade de seu trabalho e da abrangência de sua missão, o Congresso Nacional vai passar a ocupar o centro das atenções nacionais, assumindo posições que não poderá desdobrar-se, dadas às suas limitações institucionais.

De qualquer forma, vai-se constituir no grande centro de convergência do discurso político nacional e para suas bancadas, conseqüentemente, fluirão toda a sorte de problemas, indagações e solicitações.

No domínio maior do poder político está o PMDB, titular de uma das mais consagradas votações e marcado, por isso mesmo, por uma compacta pauta de compromissos eleitorais, ligando aquela agremiação a um programa de vanguarda, cuja realização se distancia cada vez no tempo. Não tendo, ainda, fechado o seu contrato de comodato com a Nova República, o PMDB faz refluir para o carisma do dr. Ulysses Guimarães as suas esperanças de tornar realidade os compromissos assumidos em praça pública pela via indireta da autoridade que o parlamentar paulista irá consolidar na multiplicação e na diversificação das elevadas in-



vestiduras que o colocarão na Presidência do PMDB, na Presidência da Câmara, na Presidência da Assembleia Nacional Constituinte.

A medição de forças entre o Parlamento e o Planalto vai colocar em confronto um Executivo declinante na sua eficiência e no seu desempenho, com resultados insatisfatórios em sua ação administrativa, posto diante de um Legislativo crescendo no aplauso popular pelo encaminhação das grandes teses nacionais, através do plenário da Constituinte. Os espaços políticos são definidos pela geometria do poder, onde os axiomas, os postulados e os teoremas dão forma e conteúdo às suas dimensões num sistema de valores sobre o qual fluam como seres matemáticos a capacidade de decidir, a oportunidade da decisão e os resultados efetivos do processo decisório, dando forma e conteúdo aos problemas que avocará e às soluções que encontrará.

Presentemente, o Poder Executivo está experimen-

tando resultados negativos na quantificação de seu desempenho e na objetivação de suas metas. Percorre uma trajetória senoidal, ora com frequências no negativo. Por seu turno, o Poder Legislativo está em alta e se projeta para cima e para frente, mas tem limites nessa expansão, por força dos condicionamentos executivos que lhe impõe a condição de reboque.

O PMDB, no entanto, cedo há de descobrir que sua apostilha, preparada para o grande vestibular de 15 de novembro, está entrando em descrédito popular. As teses e conceitos de sua pregação progressista, postos em confronto com os resultados até aqui alcançados pela Nova República, estão sendo negados. A massa de poder acumulada na contabilidade das urnas dão-lhe uma supremacia imbatível nas Assembleias Legislativas, na Câmara e no Senado, sem contar com a fantástica porção de governadoria que colocou sob sua bandeira: 22/23 dos gover-

nos estaduais ganhos por licitação eleitoral.

Todo esse patrimônio estará sendo contestado pelo debate parlamentar que se abrirá a partir do funcionamento das casas legislativas. A nível federal, estarão em posição de ataque Delfim Netto, Amaral Netto, Jarbas Passarinho e Roberto Campos, constituindo-se num quarteto marcado pela competência, pela experiência e pela abrangência que podem proporcionar ao processo crítico.

Durante os trabalhos parlamentares que consagração, dentro de mais sete ou oito meses, a Nova Carta Magna a força do PMDB em termos de representação partidária terá condições de avaliar alternativas, buscando saídas para o seu encaixotamento. E uma delas poderá ser o Parlamentarismo, solução constitucional de curto prazo que dará ao partido condições para somar as grandezas que estão sob seu domínio, sem todavia maximizarem os resultados finais decorrentes da sua posição de montante.

Para ganhar os espaços de que precisa para sustentar-se, o PMDB poderá incorporar o postulado parlamentarista, segundo o qual "o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do Governo, assim como da Administração Federal", conforme consta do Ato Adicional que alterou a Constituição de 1946, nos termos da Emenda Constitucional nº 4, promulgada em 2 de setembro de 1961.

Este seria o caminho para transpor a forma e o conteúdo presidencialista do Poder Executivo para o Parlamentarismo. Resta saber quem terá competência para se estabelecer nessa empreitada política.